

1. Primeiro ponto da pauta o debate do processo de elaboração da PNDU com a técnica Ana Paula Bruno da Secretaria de Mobilidade e Programas Urbanos do MDR que apresentou o processo em andamento que está realizando oficinas regionais nas 5 macro-regiões. As informações da metodologia em andamento estão no site do MDR. O processo prevê a iniciativa de Conferências Livres, a inscrição de propostas deve ser realizada no site [COLABORAR.PROJETOTRADUS.ORG](http://COLABORAR.PROJETOTRADUS.ORG) no prazo até 28 de julho de 2021. Esse prazo fecha amanhã para inscrever a entidade, movimento ou coletivo, para que possa encaminhar de forma organizada propostas. Eu proponho inscrever a ANPUR, alerto para o prazo em cima da hora – amanhã 28/07 - e proponho à diretoria organizar um processo participativo de elaboração de propostas para a PNDU para toda a comunidade anpuriana.
  
2. Segundo ponto de pauta um informe sobre a Campanha Despejo Zero e tramitação do Projeto de Lei no Congresso que estabelece a suspensão de despejos e remoções urbanas. No Congresso não passou a ênfase em população quilombola e indígena. Há uma decisão cautelar do Ministro Barroso do STJ que suspendeu os despejos na pandemia. A autoridade local tem obrigação de indicar onde as famílias despejadas terão abrigo. Essa decisão é controversa na prática com disputas nos tribunais estaduais e municipais, por exemplo, em Itaguaí/RJ a Comarca determinou despejo de 3 mil famílias. O Fórum Nacional de Reforma Urbana mobilizou visitas em locais, de forma remota, na Campanha Despejo Zero, em Manaus/outubro, Fortaleza/novembro, com ativistas da Campanha, do FNRU e do CNDH. As cidades foram escolhidas porque há inúmeros casos ocorrendo contra as ocupações e ocupantes na pandemia. Está em andamento um rodada do CNDH junto Tribunais de Justiça e Conselhos Estaduais de Direitos Humanos estaduais, realizando audiências públicas para sensibilizar para a Campanha contra os Despejos. Já reuniu com quase metade dos Tribunais de Justiça estaduais. Foi elaborada minuta de Resolução da Comissão do Direito a Cidade para aprovar no pleno do CNDH contra os despejos e remoções. Vou colocar em anexo a minuta da Resolução que é certamente o produto mais importante dos quase 7 meses de trabalho da Comissão.
  
3. Foi adiado para mais um mês, pois estava previsto para agosto, a reunião da subcomissão para elaboração de proposta de evento comemorativo de debate dos 20 anos do Estatuto da Cidade. Recebi a resposta da Camila d’Otaviano do nome da Erminia Maricato para um debate do evento representando a ANPUR, a depender da agenda dela, claro.